

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.729.501 - PR (2018/0056183-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO MOURA RIBEIRO**  
**RECORRENTE** : MAPFRE VIDA S/A  
**ADVOGADOS** : MÁRCIO ALEXANDRE MALFATTI - PR060094  
LARISSA ZUCCHETTI MARIANO - PR076955  
**RECORRIDO** : TAVARES CORRETORA DE SEGUROS  
**ADVOGADO** : MARCELO JUNIOR DEL - ZOTTO LOPES - PR053447

**EMENTA**

CIVIL. RECURSO ESPECIAL. **RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC.** AÇÃO DE MANUTENÇÃO DE CONTRATO DE SEGURO DE VIDA COLETIVO. NEGATIVA DE RENOVAÇÃO PELA SEGURADORA. NOTIFICAÇÃO PRÉVIA EM PRAZO RAZOÁVEL. ABUSIVIDADE E MÁ-FÉ NÃO CARACTERIZADAS. PRECEDENTES. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.

**DECISÃO**

TAVARES CORRETORA DE SEGUROS LTDA. (CORRETORA) ajuizou ação de manutenção de contrato de seguro de vida coletivo em desfavor de MAPFRE VERA CRUZ VIDA E PREVIDÊNCIA S/A (SEGURADORA), cujo pedido foi julgado procedente para condenar a SEGURADORA a manter o seguro de vida nas mesmas condições pactuadas entre as partes (e-STJ, fls. 334/339).

Irresignada, a SEGURADORA interpôs apelação, que foi desprovida pelo Tribunal de origem em acórdão assim ementado:

*CÍVEL. APELAÇÃO. AÇÃO ORDINÁRIA. SEGURO DE VIDA EM GRUPO. SEGURADORA QUE MANIFESTA SEU DESINTERESSE PELA RENOVAÇÃO. PEDIDO DE MANUTENÇÃO DA APÓLICE ACOLHIDO NA SENTENÇA. CONHECIMENTO. PLEITO RECURSAL SUBSIDIÁRIO DE APLICAÇÃO DOS REAJUSTES PREVISTOS NAS CONDIÇÕES GERAIS. CORREÇÃO DE PRÊMIOS E CAPITAIS SEGURADOS QUE É CONSEQUÊNCIA LÓGICA DA MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES DO SEGURO. AUSÊNCIA DE INTERESSE RECURSAL. PEDIDO NÃO CONHECIDO. MÉRITO. AVENÇA FIRMADA E RENOVADA ININTERRUPTAMENTE AO LONGO DE 17 ANOS. CONTRATO CATIVO DE LONGA DURAÇÃO CARACTERIZADO. JUSTA EXPECTATIVA DE CONTINUIDADE DO PACTO. SEGURADORA QUE COMUNICA O CANCELAMENTO UNILATERAL E IMOTIVADO DA APÓLICE. FACULDADE PREVISTA CONTRATUALMENTE. ABUSIVIDADE DE TAL DISPOSIÇÃO, DIANTE DAS CIRCUNSTÂNCIAS DO CASO CONCRETO.*

*VIOLAÇÃO DOS PRINCÍPIOS DA BOA FÉ OBJETIVA, DA COOPERAÇÃO, DA CONFIANÇA E DA LEALDADE. AUTONOMIA PRIVADA E LIBERDADE DE CONTRATAR ADSTRITAS À FUNÇÃO SOCIAL DO CONTRATO. CDC, ARTS. 4º, III E 51, IV. CÓDIGO CIVIL, ARTS. 765 E 421. CONTINUIDADE DO CONTRATO QUE SE IMPÕE. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO NÃO PROVIDO. (e-STJ, fl. 386).*

Os embargos de declaração opostos por SEGURADORA foram rejeitados (e-STJ, fls. 410/412).

Inconformada, a SEGURADORA interpôs recurso especial com fundamento nas alíneas *a* e *c* do permissivo constitucional, apontando violação dos seguintes dispositivos legais: **(1)** arts. 774 e 796 do Código Civil, por considerar que o seguro de vida foi firmado por tempo determinado e os prêmios, recolhidos periodicamente e suficientes para a garantia dos riscos e da operação para aquele respectivo intervalo, de modo que o regime financeiro em que se assenta o contrato de seguro em grupo (repartição simples) não admite a constituição de reserva futura e, assim, não pode a seguradora ser compelida a renovar o vínculo contratual indefinidamente, a teor das disposições pertinentes do diploma civil, que expressamente autorizariam a celebração do ajuste por prazo determinado; e, **(2)** art. 51 do CDC, por reputar que, se o liame não é perpétuo e a seguradora informou sua intenção de não renovar a avença em tempo razoável, não haveria violação à boa-fé pela recorrente, não impondo a legislação consumerista ao fornecedor a obrigação de contratar por lapso indeterminado. Também indicou dissídio jurisprudencial, tendo por paradigma precedente desta Corte Superior.

Em juízo de admissibilidade, a Primeira Vice-Presidência do Tribunal estadual admitiu o referido apelo nobre (e-STJ, fls. 464/465).

É o relatório.

DECIDO.

O inconformismo merece prosperar.

De plano, vale pontuar que o presente recurso especial foi interposto contra decisão publicada na vigência do NCPC, razão pela qual devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma nele prevista, nos termos do Enunciado Administrativo nº 3 aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: *Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.*

No que se refere à licitude da negativa de renovação de contrato de seguro de vida em grupo, precedida de respectiva notificação efetuada em prazo razoável,

verifica-se que o aresto recorrido não está em conformidade com a jurisprudência desta Corte, que autorizada a interrupção unilateral do liame pela seguradora sem que reste caracterizada abusividade ou má-fé da fornecedora do serviço, nos termos das seguintes ementas:

*AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DECLARATÓRIOS NO RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL (CPC/73). MULTA POR LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. AUSÊNCIA DE RECOLHIMENTO. PRETENSÃO DE REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DO ENUNCIADO N.º 7/STJ. SEGURO DE VIDA EM GRUPO. NÃO RENOVAÇÃO DO CONTRATO POR DELIBERAÇÃO DA SEGURADORA. NOTIFICAÇÃO DO SEGURADO. INEXISTÊNCIA DE ABUSIVIDADE.*

*1. A tese de ausência de recolhimento da multa por litigância de má-fé, exigiria, necessariamente, o reexame do contexto fático-probatório, o que é vedado em sede de recurso especial, nos termos do Enunciado n.º 7/STJ.*

*2. A Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça firmou o entendimento de não ser abusiva a cláusula contratual que prevê a possibilidade de não renovação automática do seguro de vida em grupo por qualquer dos contratantes, desde que haja prévia notificação em prazo razoável.*

*3. Não apresentação pela parte agravante de argumentos novos capazes de infirmar os fundamentos que alicerçaram a decisão agravada.*

*4. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.*

*(AgInt nos EDcl no REsp 1.473.074/SC, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, Terceira Turma, DJe 30/8/2017)*

*AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO (ART. 544 DO CPC) - AÇÃO DE COBRANÇA DE INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA, NO BOJO DA QUAL PLEITEADO O RESTABELECIMENTO DA APÓLICE CANCELADA EM VIRTUDE DO TERMO FINAL DE SUA VIGÊNCIA - DECISÃO MONOCRÁTICA CONHECENDO DO AGRAVO DA SEGURADORA PARA DAR PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO ESPECIAL, A FIM DE JULGAR IMPROCEDENTE A PRETENSÃO DEDUZIDA NA INICIAL. INSURGÊNCIA DA SEGURADA.*

*1. Rescisão unilateral do contrato de seguro de vida em grupo. O exercício, pela seguradora, da faculdade (igualmente conferida ao consumidor) de não renovação do seguro coletivo, consoante estipulado em cláusula contratual, não encerra conduta abusiva sob a égide do Diploma Consumerista ou inobservância da boa-fé objetiva, notadamente na hipótese em que previamente notificado o segurado de sua intenção de rescisão unilateral (fundada na ocorrência de desequilíbrio atuarial) e não aceita a proposta*

*alternativa apresentada. Precedente da Segunda Seção: REsp 880.605/RN, Rel. Ministro Luis Felipe Salomão, Rel. p/ Acórdão Ministro Massami Uyeda, julgado em 13.06.2012, DJe 17.09.2012.*

*Inaplicabilidade da exegese firmada quando do julgamento do Recurso Especial 1.073.595/MG (Rel. Ministra Nancy Andrighi, Segunda Seção, julgado em 23.03.2011, DJe 29.04.2011), atinente a contrato de seguro de vida individual cativo de longa duração.*

*2. O artigo 544, § 4º, inciso II, alínea "c", do CPC autoriza o relator a conhecer do agravo para, de pronto, dar provimento ao recurso especial, se o acórdão recorrido estiver em confronto com súmula ou jurisprudência dominante no tribunal. Na hipótese ora em foco, consoante destacado na decisão agravada, o provimento do apelo extremo fundou-se em orientação jurisprudencial firmada na Segunda Seção desta Corte. Ademais, a interposição de agravo regimental para o colegiado permite a apreciação de todas as questões suscitadas no reclamo, suprimindo eventual violação da referida norma processual.*

*3. Agravo regimental desprovido.*

*(AgRg no AREsp 702.906/RS, Rel. Ministro MARCO BUZZI, Quarta Turma, DJe 16/6/2015)*

**AGRAVO REGIMENTAL NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. 1. CONTRATO DE SEGURO DE VIDA EM GRUPO. NÃO RENOVAÇÃO. POSSIBILIDADE. ABUSIVIDADE NÃO CONSTATADA. PRECEDENTES DESTA CORTE. SÚMULA 83/STJ. 2. RECURSO IMPROVIDO.**

*1. É cediço o entendimento do Superior Tribunal de Justiça de que a prerrogativa de não renovação dos contratos de seguro de grupo, concedida a ambas as partes contratantes, não configura procedimento abusivo, sendo decorrente da própria natureza do contrato.*

*Incidência do enunciado n. 83 da Súmula desta Corte.*

*2. Agravo regimental a que se nega provimento.*

*(AgRg nos EDcl no REsp 1.500.224/SP, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Terceira Turma, DJe 9/4/2015)*

Cabe destacar que o presente caso não se amolda ao entendimento já sufragado pela Egrégia Segunda Seção relativo a contrato de seguro de vida individual cativo de longa duração (Recurso Especial 1.073.595/MG, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI), porquanto se cuida de seguro de vida coletivo, despidido das relevantes particularidades que autorizam a manutenção do ajuste entre as partes.

Nessas condições, **DOU PROVIMENTO** ao recurso especial para, ao autorizar que a recorrente deixe de renovar o seguro de vida em grupo objeto da presente demanda, julgar improcedentes os pedidos deduzidos na petição inicial. Determino a

inversão dos ônus de sucumbência.

Adverta-se que eventual recurso interposto contra esta decisão estará sujeito às normas do NCPC, inclusive no que tange ao cabimento de multa (arts. 1.021, § 4º e 1.026, § 2º).

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 28 de março de 2019.

Ministro MOURA RIBEIRO

Relator

